



A questão do Liberalismo e a necessidade de uma fundamentação moral: uma análise na ética do discurso e na teologia política de Joseph Ratzinger

The question of liberalism and the need for a moral foundation: an analysis in the ethics of discourse and in the political theology of Joseph Ratzinger

La cuestión del liberalismo y la necesidad de un fundamento moral: un análisis en la ética del discurso y en la teología política de Joseph Ratzinger

Paulo Roberto de Oliveira¹

André Luís Vieira Elói²

¹ Mestre em Filosofia pela FAJE (2013). Graduado em Filosofia pela FAFIDIA (2009). Curso de Introdução à Psicologia pela Universidade de Yale, Estados Unidos (2020). É professor designado do Departamento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas ao Direito do Curso de Direito da UEMG Unidade Diamantina. Atualmente é Líder do Grupo de Pesquisa "Formação Psicossocial do Direito" (Certificado pela Instituição/CNPQ), pesquisador e coordenador do projeto de pesquisa (UEMG/FAPEMIG) "Análise Antropológica da Violência e da Criminalidade: Aportes Filosóficos e Psicológicos". Editor da Revista *Zeitgeist* (Unidade Diamantina/UEMG). Email: paulo.oliveira@uemg.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0187905851450869>

² Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MG) (2009), mestrado em Direito pela PUC MG (2014) e doutorado em Direito pela PUC MG (2019). Atualmente é professor efetivo da Universidade do Estado de Minas Gerais, diretor acadêmico da Unidade Diamantina da Universidade do Estado de Minas Gerais e professor horista da Faculdade Arquidiocesana de Curvelo. Email: andre.vieira@uemg.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7928605294320894>

Resumo

A nossa pesquisa consiste em demonstrar o desvio do conceito de liberdade em grande parte do pensamento moderno, isto é, a exaltação do liberalismo e da consciência individual como pressuposto de verificação do agir. Dessa forma, nota-se uma ideia de liberdade na democracia que a coloca em risco, sem o compromisso do agir social e responsável. Além disso, o individualismo torna-se um impedimento para uma fundamentação ética que precisa ser universal na era da ciência. Desse modo, pretendemos analisar os problemas dessa concepção de liberdade, bem como a necessidade de uma fundamentação moral que possa apresentar soluções para os grandes problemas atuais da humanidade e as dificuldades históricas, culturais e epistemológicas para essa fundamentação. Utilizando a metodologia bibliográfica, realizamos essa análise crítica através da Ética do Discurso de Karl Otto Apel, que estrutura, pelos pressupostos da linguagem, a possibilidade de uma moral universal, através da Pragmática Transcendental, revelando assim um universal concreto. Apresentamos também a resposta ao problema através do pensamento político e moral do teólogo Joseph Ratzinger, utilizando principalmente o texto intitulado “Verdade, Valores e Poder: Pedras-de-toque de uma sociedade pluralista”, publicado no livro “Liberar a Liberdade: Fé e Política no terceiro milênio”. Neste sentido podemos perceber que a liberdade só pode ser vivida e analisada como uma realidade comunitária, sendo portanto um valor democrático, ao lado do bem e do direito. Em nossa análise poderemos ver que embora a ética do discurso (filosófica) e a teologia política de Ratzinger (teologia) tenham conceitos, métodos e fundamentos divergentes, existem elementos que demonstram uma relação parcial (não absoluta), primeiramente porque o problema do liberalismo e do individualismo são postos por ambos, bem como a necessidade de uma reflexão ética profunda, mesmo que a ética do discurso tenha como fundamento a via pública da discussão e a ética teológica possua, como fundamento, o discernimento, disposição de agir de acordo com a vontade de Deus, pela revelação, e Ratzinger demonstra isso através da orientação da consciência para a verdade. Portanto, nossa pretensão é demonstrar esse possível diálogo sobre a ética, colocando a questão da liberdade no horizonte filosófico e teológico da fé na dimensão da consciência.

Palavras-Chave: Consciência Moral. Liberdade. Política

Abstract

Our research consists in demonstrating the deviation of the concept of freedom in much of modern thought, that is, the exaltation of liberalism and individual conscience as a presupposition for verifying action. In this way, there is an idea of freedom in democracy that puts it at risk, without the commitment of social and responsible action. Furthermore, individualism becomes an impediment to an ethical foundation that needs to be universal in the age of science. In this way, we intend to analyze the problems of this conception of freedom, as well as the need for a moral foundation that can present solutions to the great current problems of humanity and the historical, cultural and epistemological difficulties for this foundation. Using the bibliographic methodology, we carried out this critical analysis through Karl Otto Apel's Discourse Ethics, which structures, through the assumptions of language, the possibility of a universal moral, through Transcendental Pragmatics, thus revealing a concrete universal. We also present the answer to the problem through the political and moral thought of the theologian Joseph Ratzinger, using the text entitled "Truth, Values and Power: Touchstones of a pluralistic society", published in the book "Liberar a Liberdade: Fé e Política in the third millennium". In this sense, we can see that freedom can only be lived and analyzed as a community reality, being therefore a democratic value, alongside the good and the right. In our analysis, we can see that although discourse ethics (philosophical) and Ratzinger's political theology (theology) have divergent concepts, methods and foundations, there are elements that demonstrate a partial (not absolute) relationship, primarily because the problem of liberalism and of individualism are posed by both, as well as the need for a deep ethical reflection, even if the ethics of discourse is based on the public way of discussion and theological ethics has, as a foundation, discernment, willingness to act in accordance with the will of God, by revelation, and Ratzinger demonstrates this through the orientation of conscience towards truth. Therefore, our intention is to demonstrate this possible dialogue on ethics, placing the issue of freedom in the philosophical and theological horizon of faith in the dimension of conscience.

Keywords: Moral Conscience. Freedom. Policy

Resumen

Nuestra investigación consiste en demostrar la desviación del concepto de libertad en gran parte del pensamiento moderno, es decir, la exaltación del liberalismo y la conciencia individual como presupuesto para la acción verificadora. De esta forma, hay una idea de libertad en democracia que la pone en riesgo, sin el compromiso de una acción social y responsable. Además, el individualismo se convierte en un impedimento para una base ética que necesita ser universal en la era de la ciencia. De esta manera, pretendemos analizar los problemas de esta concepción de la libertad, así como la necesidad de una fundamentación moral que pueda presentar soluciones a los grandes problemas actuales de la humanidad y las dificultades históricas, culturales y epistemológicas para esta fundamentación. Utilizando la metodología bibliográfica, realizamos este análisis crítico a través de la Ética del Discurso de Karl Otto Apel, que estructura, a través de los presupuestos del lenguaje, la posibilidad de una moral universal, a través de la Pragmática Transcendental, revelando así un universal concreto. También presentamos la respuesta al problema a través del pensamiento político y moral del teólogo Joseph Ratzinger, utilizando principalmente el texto titulado “Verdad, Valores y Poder: Piedras de toque de una sociedad pluralista”, publicado en el libro “Liberar a Liberdade: Fé et Politics en el tercer milenio”. En este sentido, podemos ver que la libertad sólo puede ser vivida y analizada como una realidad comunitaria, siendo por tanto un valor democrático, junto con el bien y el derecho. En nuestro análisis podemos ver que si bien la ética del discurso (filosófica) y la teología política de Ratzinger (teología) tienen conceptos, métodos y fundamentos divergentes, hay elementos que demuestran una relación parcial (no absoluta), principalmente porque el problema del liberalismo y del individualismo que plantean ambos, así como la necesidad de una profunda reflexión ética, si bien la ética del discurso se fundamenta en la forma pública de discusión y la ética teológica tiene como fundamento el discernimiento, la voluntad de obrar de acuerdo con la voluntad de Dios, por revelación, y Ratzinger lo demuestra a través de la orientación de la conciencia hacia la verdad. Por tanto, nuestra intención es demostrar este posible diálogo sobre la ética, situando el tema de la libertad en el horizonte filosófico y teológico de la fe en la dimensión de la conciencia.

Palabras-Clave: Conciencia Moral. Libertad. Política

Introdução

O período moderno é marcado pela busca da libertação da consciência, tanto no plano prático da ética e da política como no plano da ciência. Vemos então a ascensão da ordem econômica pelo capitalismo e as revoluções científicas e tecnológicas. Diante disso surge a necessidade de um pensamento moral capaz de dar algumas respostas às indagações do homem que emergem mediante o descontrole da técnica. Do lado político a humanidade visualizou e viveu na primeira metade do século XX o surgimento dos regimes totalitários nos principais países do mundo. O totalitarismo é uma forma de pensar as resoluções da vida prática de modo rápido e absoluto, vem do desejo humano da busca por uma sociedade livre, sem sofrimento e sem culpa. Para a filósofa política Hanna Arendt, o totalitarismo é uma nova forma de governo, que surge como eliminação da oposição, as massas criadas buscam uma adoração ao líder, como um messias, salvador do mundo. Para Arendt, o totalitarismo é um modo de governo e de poder totalmente diferentes da tirania, do despotismo e da ditadura, existe uma disposição para a transformação das classes sociais (aniquilamento) em massas, o centro do poder é a polícia e não o exército e tem como propósito o domínio mundial. Podemos ver essa distinção das formas de governo apresentadas por Arendt na citação a seguir:

as formas de governo sob as quais os homens vivem são muito poucas; foram descobertas cedo, classificadas pelos gregos, e demonstraram rara longevidade. Se aplicarmos esses dados, cuja ideia fundamental, a despeito de muitas variações, não mudou muito nos dois milênios e meio que vão de Platão a Kant, somos imediatamente tentados a

interpretar o totalitarismo como forma moderna de tirania, ou seja, um governo sem leis no qual o poder é exercido por um só homem (ARENDDT, 1998, p. 513).

Nosso trabalho está dividido em três partes. Na primeira parte tratamos sobre os pressupostos da linguagem como forma de demonstrar a possibilidade de uma ética racional científica³, tal estrutura foi pensada pela ética do discurso de Apel e Habermas. Na segunda parte começamos à analisar o pensamento ético e político de Ratzinger sobre a consciência moral, partindo do estudo sobre a ideia de liberdade, procurando superar o liberalismo tão presente na modernidade. Por fim, relacionamos a consciência com a ideia da verdade como forma de encontrarmos uma essência para a consciência.

1- As condições atuais da *práxis* e os pressupostos da linguagem

Iremos abordar em nosso trabalho de pesquisa sobre a possibilidade de pensarmos a consciência moral de modo universal e necessário, isso significa uma fundamentação da ética pela razão, mas que não se reduz ao racionalismo moderno, isto é, a ética racional proposta por Habermas e Apel (Ética do Discurso) tem como pressuposto teórico a Razão Comunicativa, presente no agir humano e nas relações sociais, diferentemente da Razão Instrumental, utilizada pela ciência e

³ A ética racional se baseia nos princípios racionais do agir humano que orientam a prática em oposição ao movimento ético que coloca a emoção como centro da reflexão ética, bem como da empatia emotiva (ver Paul Bloom, pesquisador e psicólogo da universidade de Yale, Estados Unidos). Chamamos de ética científica, pois, conforme a ética do discurso, a ciência necessita de uma abordagem ética para a suas ações.

pela técnica. Em Habermas, por exemplo, encontramos claramente o problema da substituição do mundo da vida, do agir comunicativo pela razão instrumental, na qual, os homens tornam-se apenas mercadorias e utilidades, visando o sucesso, o lucro e o poder:

À medida que o sistema econômico sujeita a seus imperativos as formas de vida do lar privado e a conduta de vida dos consumidores e empregados, está aberto o caminho para o consumismo e para o individualismo exacerbado. A prática comunicativa cotidiana é racionalizada de forma unilateral num estilo de vida utilitário, esta mudança induzida pelos meios diretores para uma orientação de natureza teleológica gera, como reação, um hedonismo liberto das pressões da racionalidade. Assim como a esfera privada é solopada e erodida pelo sistema econômico, também a esfera pública o é pelo sistema administrativo. O esvaziamento burocrático dos processos de opinião espontâneos e de formação da vontade abrem caminho para a manipulação da lealdade das massas e torna fácil o desatrelamento entre as tomadas de decisão políticas e os contextos de vida concretos e formadores de identidade (Habermas, 1987a, p. 325).

Para tanto, utilizamos a pesquisa bibliográfica e análise crítica como método para a nossa pesquisa, considerando como fundamentação teórica dois sistemas de pensamento que se convergem e se complementam de certo modo. Temos de um lado a ética do discurso, desenvolvida pelo marco teórico da virada linguística da escola alemã de Karl Otto Apel e Jürgen Habermas. Apontamos também o pensamento ético e político do teólogo alemão Joseph Ratzinger, o papa Bento XVI, tendo como referência principal a sua obra publicada recentemente “Liberar a liberdade: fé e política no terceiro milênio”, uma coletânea de

textos escritos por ele durante alguns anos, nesses artigos podemos ver que o teólogo tenta demonstrar de diversas formas e argumentos a relação entre fé e política no pressuposto da liberdade, isto é, a fé deve ser liberada da supervisão política, tendo em vista que essa não deve constituir o núcleo central da vida humana. De outro modo, a fé cristã pode ser uma luz para as democracias modernas, pois constituem princípios importantes para a estruturação e o desenvolvimento dos Direitos Humanos e da dignidade humana. Portanto, o cristão deve participar da vida política de modo a garantir o bem comum através dos ensinamentos recebidos, da formação moral. Porém, tal perspectiva não deve ser imposta, comunicada de modo tirânico, mas democraticamente.

A necessidade de pensarmos uma ética universal vem de uma razão histórica, de uma urgência social e política, que vamos discutir agora.

Do ponto de vista da reflexão filosófica, os desafios da atualidade, revelam que a situação atual é um problema ético⁴. Daí reportamos que a ética é uma via capaz de solucionar os problemas da situação atual, pois estamos no nível da ação, do agir prático que coloca em risco a vida e a dignidade humana. Segundo o filósofo Francisco Javier Herrero, temos três grandes desafios que podem se expressar em dois: científico e o social/político:

Entre muitos desafios que de fato o mundo contemporâneo nos apresenta, vou me concentrar especialmente em três: um primeiro provocado pela própria estrutura da ciência moderna e que exige uma ética da ciência; um segundo, consequência do

⁴ Essa perspectiva é apresentada por Habermas, para Kant o problema ético é antropológico, isto é, a situação atual revela antes de tudo um problema antropológico, que pode ser solucionado pela via ética.

anterior, provocado pelo impacto da ciência e da técnica na ação dos homens e que exige uma ética da solidariedade universal; e um terceiro, provocado pelo fenômeno da globalização e que exige uma resposta ético-política capaz de responsabilizar-se pelas consequências de nossas ações em nível planetário (HERRERO, 2006, p. 11).

Segundo Herrero temos pela primeira vez uma história universal⁵, ou seja, os desafios apresentados na citação acima estão presentes em todas as culturas e nações da humanidade, mesmo que não se dirija à todos do mesmo modo, cada cultura e país sofrem as ações globais de forma desigual e o seu enfrentamento é diferente. Isso só foi possível mediante a universalização da produção e da tecnologia. O modo de vida humano é tende a ser cada vez mais tecnológico, a prova dessa ideia pode ser verificada na seguinte questão: se a tecnologia e a ciência desaparecessem, a comunidade humana teria sérias dificuldades para viver.

A ciência e a técnica se tornaram universais, a tecnologia está dando pela primeira vez à humanidade um alcance planetário, universal, a atividade humana tem um raio de ação global, basta ver o problema ecológico que estamos enfrentando. A ciência ao abandonar o mundo da vida para obter uma noção universal e objetiva da realidade, na qual o racionalismo seria a única forma de pensar o real, necessita de uma ética da ciência que não nasça dela mesma. A atividade científica é uma atividade eminentemente humana que recebeu um reconhecimento universal, de tal modo, que tende a substituir todas as outras formas de

manifestação antropológica. Desse modo, temos o desafio de submeter a ciências às exigências morais para que ela tenha um significado humano, mas esse processo é possível? (Cf. HERRERO, 2006, p. 16).

Como consequência da racionalidade científica universal, temos no campo pragmático a tecnologia⁶. Temos diante de nós a formação do desafio tecnológico-ecológico. Esse desafio acontece no rompimento da razão teórica-contemplativa com a razão técnica. As atividades do *homo faber* superaram a atividade contemplativa de tal forma que a técnica tornou-se desmedida e ilimitada. Mas, “é justamente o enorme desenvolvimento atual das ciências e da técnica que nos leva a colocar, de um modo mais urgente o problema da responsabilidade da razão” (HERRERO, 2006, p. 17). Somos responsáveis por tudo que fazemos, criamos e provocamos através da cultura científica e tecnológica que vivemos. O desequilíbrio entre o fazer e o pensar está tornando a vida na Terra quase insustentável, a destruição do planeta e dos recursos naturais avançam à cada ano em todos os lugares. Nossas ações tem uma repercussão universal e por isso mesmo o desafio de uma ética da responsabilidade é de todos. Quem são os responsáveis pela tragédia ambiental? Todos os homens, não existe um culpado em particular, mas todos aqueles que vivem sob a égide da cultura científica:

⁶ Na concepção de Herrero a tecnologia tal qual conhecemos hoje deriva da ciência, isso não significa que antes da ciência não existia tecnologia, haja vista, os instrumentos e ferramentas construídos e utilizados pelos povos primitivos, contudo, a tecnologia como manipulação e poder sobre a realidade surge após a ciência moderna: “Um segundo traço da ciência moderna é o seu prolongamento técnico. Garantindo as suas bases teóricas, a ciência tende cada vez mais a se constituir como um instrumento eficaz de análise e de manipulação do real (...) A ciência comporta, no seu próprio projeto, a ideia de um poder eficaz sobre as coisas” (HERRERO, 2006, p. 13).

Pela primeira vez na história, a nossa civilização coloca cada ser humano, cada nação, cada cultura em face de uma problemática ética comum. Diante de todos surgem a urgente necessidade de uma ética da responsabilidade solidária capaz de afrontar os desafios emergentes e de assegurar aos homens a capacidade de governar os efeitos do poder que eles efetivamente possuem (HERRERO, 2006, p. 18).

O desenvolvimento do cientificismo deu-se através do positivismo, primeiro, o termo foi empregado pelo filósofo francês Claude-Henri de Rouvroy (1760-1825) para explicar o método do cientificismo. Todavia, o grande idealizador do movimento positivista no mundo foi o auxiliar de Claude-Henri, o francês Auguste Comte (1798-1857). O positivismo tem a pretensão de ser a única forma de conhecimento possível, tendo como fundamento outras correntes como o naturalismo e o materialismo. Porém, embora demonstramos a situação da ciência frente ao mundo da vida, as pretensões dela (a ciência) nunca foram satisfeitas, ainda assim, devemos salientar que nem toda a modernidade se configura pelo cientificismo, existe uma percepção ética muito clara na sociedade, em especial após as duas guerras mundiais no século XX, que abriram espaço para o surgimento da bioética.

Segundo Ratzinger o cientificismo e o positivismo constituem uma grande ameaça à democracia, “unilateralidad del moderno concepto de razón, tal como fue formulado por primera vez por Roger Bacon y que después triunfó plenamente en el siglo XIX” (RATZINGER, 1984: 819); e portanto, à dignidade do homem, pois, é fornecido uma limitação racional, isto é, a razão é restrita apenas às ciências experimentais. Desse modo, a ética e a política para serem consideradas “ciências racionais”

deveriam ser reduzias à razão quantitativa, objetiva. Contudo, a objetividade da moral (no sentido da razão matemática), tornaria a própria moral um sistema de vantagens e desvantagens apenas: “la moral en cuanto tal queda liquidada. Porque lo bueno en sí y lo malo en sí ya no cuentan, sino sólo la proporción de ventajas e inconvenientes” (RATZINGER, 1984: 820). A moral e o direito não seriam pensados pelos critérios do bem, mas simplesmente pela sua eficiência e utilidade:

El Derecho pierde toda fundamentación objetiva, (...) no se protegen ya bienes jurídicos, sino que se trata tan sólo de evitar el choque de intereses contrapuestos (...). Esta situación inerme de la razón moral tiene como consecuencia que el Derecho ya no puede encontrar su punto de referencia en una idea fundamental de la justicia y pasa a ser tan sólo el reflejo de las ideologías dominantes. (RATZINGER, 1984: 820).

Neste caso a moral perde o seu valor em si mesma, a sua axiologia está implícita no seu sentido prático, ou seja, o direito não tem como fundamento o *ethos*, sua base está nas estruturas estatais que garante a ordem social. Se a estrutura estatal perde a sua eficiência, deve-se buscar meios mais promissores que possam substituir tal estrutura. Esse é o risco da democracia, que, pela sua fragilidade e burocracia lenta, sofre ameaças de sistemas mais promissores, porém, na maioria das vezes totalitários, como sinalizamos na introdução desse trabalho.

O terceiro grande desafio é o social-político, consequência da globalização. Temos uma mudança tanto na ordem econômica, como no modo de produção. O controle do capital não é mais realizado pelas multinacionais, mas pelos mercados financeiros. Pelo fundo de pensão e

investimento detém posição estratégica no controle do capital. Existe também uma mudança na natureza do trabalho, hoje a produção tem uma intensidade maior no conhecimento, exigindo cada vez mais que os empregados tenham conhecimentos sofisticados, trabalhos criativos e a qualificação é cada vez mais preponderante. Dessa forma, temos um número crescente de desempregados e trabalhadores (as) informais, o aumento contínuo de crises econômicas, sendo cada vez mais complexas as soluções para tais crises, a preocupação do Estado em desenvolver economicamente o país, sem se preocupar com o bem estar de todos os cidadãos, e o aumento alarmante da desigualdade social, da fome e da miséria⁷. Disso decorre:

Surge, assim, pela primeira vez na história, a tarefa de dar um sentido humano ao desenvolvimento em escala mundial, como um outro imenso desafio atual, precisamente no momento em que a idolatria do mercado gerou um vazio ético e acelerou o fim das utopias revolucionárias (HERRERO, 2006, p. 18)

Claramente a necessidade de uma ética universal, que não seja fundada apenas no sujeito, é verificável nas análises que realizamos até aqui. Porém, encontramos um paradoxo dentro da cultura científica atual que impossibilita a reflexão ética. Essa impossibilidade se dá por causa

⁷ A situação atual está fundada por 4 vergonhas político-morais: 1º) fome e miséria que conduz à morte a um número cada vez maior de seres humanos. 2º) A tortura e a violação da dignidade humana sobretudo nos Estados que não são de Direito. 3º) O crescente desemprego e disparidade na distribuição de renda e da riqueza social. 4º) Ameaça de destruição da humanidade pelo perigo só em parte superado de uma guerra nuclear e de um desequilíbrio ecológico.

de três correntes filosóficas que tratam justamente de impedir essa responsabilidade da razão histórica.

1º - Cientificismo positivista: o cientificismo tenta ser a única racionalidade válida. Ciência livre de valor. E como se coloca uma única racionalidade, por isso a ética está fora, pois a ética é colocada no âmbito irracional ou de um subjetivismo emotivista.

2º- Racionalismo crítico: impede uma ética universal porque mostra que uma fundamentação a nível universal é impossível. Uma única possibilidade de universalização para o racionalismo crítico, que surge no contexto iluminista, é a razão que funda a autonomia. É dessa forma que Kant teoriza uma ética cosmopolita.

3º- Solipsismo metódico: uma convicção liberal de que o indivíduo concebido a seus direitos inalienáveis é anterior à formação da sociedade (política moderna, contrato social), grande parte da filosofia moderna é solipsista, pois predomina sempre o sujeito, cogito cartesiano, sujeito transcendental, até Husserl. Logicamente que a contemporaneidade tende à criticar esse solipsismo, sobretudo na filosofia da história e nas utopias socialistas. O solipsismo cria sérios entraves a uma ética de caráter universal.

A grande questão que veremos no pensamento de Ratzinger na fundamentação de uma consciência efetivamente moral é o problema moderno da liberdade. A era moderna reformulou o *ethos* da tradição, reestruturando-o através do princípio supremo da liberdade, aplicado

cada vez mais à economia de mercado e ao poder político, tendo como fim o dinheiro e o poder, é nisso que consiste a grosso modo, a sociedade burguesa moderna.

Antes, porém, vamos procurar mostrar como é que podemos formular uma ética universal no pensamento de Karl Otto Apel através dos pressupostos da linguagem. Neste sentido estamos fundamentando uma moral (consciência moral) filosoficamente, depois veremos como isso é possível mediante a tradição cristã.

No texto “O a priori da comunidade de comunicação e os fundamentos da ética: o problema de uma fundamentação racional da ética na era da ciência”, Apel procura desenvolver a tese de que vivemos em uma comunidade real de comunicação, contendo normas sintáticas, semânticas e pragmáticas da linguagem. Porém, existe um a priori da comunidade de comunicação, transcendental, que possibilita e condiciona todo o debate científico e da vida cotidiana do homem, são os pressupostos e as pretensões da linguagem. A capacidade de argumentar do homem possui pressupostos simples como por exemplo o falante e o interlocutor, a língua utilizada, buscando entendimento e validade. Na argumentação buscamos satisfazer algumas pretensões racionais: verdade, correção e veracidade:

No a priori da argumentação está a pretensão de justificar, não só todas as “afirmações” da ciência, mas além delas, todas as pretensões humanas (também as pretensões implícitas de pessoas em relação a outras pessoas, contidas em ações e instituições). Quem argumenta reconhece implicitamente todas as possíveis pretensões de todos os membros da comunidade de comunicação, que

podem ser justificadas por argumentos racionais (caso contrário, a pretensão da argumentação se autolimitaria tematicamente) (APEL, 1994, p. 149).

Existe portanto, uma ética fundamental na elaboração da ciência, que nasce do a priori da comunidade de comunicação e consiste na obrigação de satisfazer todas as pretensões da vida humana pelo discurso, isto é, racionalmente.

O princípio da ética do discurso tem a sua gênese na própria estrutura da linguagem, no seu núcleo que são as condições do discurso argumentativo, temos portanto o “dever de resolver dialogicamente todas as pretensões da vida humana”. Por isso, as ciências humanas tem uma estrutura valorativa, do mesmo modo que as ciências exatas e da natureza. O discurso argumentativo é ponto de partida para a ética, pois, na “comunidade de argumentação se pressupõe o mútuo reconhecimento de todos os membros, como parceiros de discussão com direitos iguais” (APEL, 1994, p. 120).

A consciência moral é um atributo do ser humano racional que busca satisfazer as pretensões da vida humana. Contudo, como vimos brevemente, os pressupostos da linguagem nos fornecem uma possível fundamentação do princípio moral, como forma para resolvermos os principais desafios da atualidade. Foi importante demonstrar o tipo de racionalidade que a ética possui, rechaçando os princípios liberais solipsistas que se encontram no cerne da democracia. Veremos agora a resposta que Joseph Ratzinger dará a questão da consciência moral

através de objetos que podem ser encontrados pela razão e desenvolvidos por ela na política e no direito.

2- A liberdade comunitária e os valores democráticos

Ratzinger parte do argumento sobre as pedras de toque de uma sociedade pluralista: Verdade, Valores e Poder; vale ressaltar que o autor reconhece o sentido do Estado e da democracia como o lugar de todos e da liberdade, porém uma democracia não pode ser feita para dentro de si mesma, tendo como horizonte de sentido e propósito a soberania do povo como forma de construção do relativismo:

Surge a questão sobre como se deve formar hoje a sociedade em liberdade, sociedade esta em princípio estatal; o conteúdo ético da liberdade humana deveria ser pensado como uma realidade possível de se viver sempre e somente numa responsabilidade comum (RATZINGER, 2019, p. 78).

A liberdade é a primeira manifestação do homem em todos os sentidos da vida social, econômica e cultural. Buscamos a liberdade como a nossa única essência e por isso mesmo, esse foi o princípio que mais se firmou desde a Revolução Francesa. Contudo, o princípio da liberdade é relacional com outros princípios que são a sua própria garantia. Ela é inter-referencial de sentido com a igualdade e a dignidade. Não se pode imaginar um confronto entre esses princípios, mas um se refere ao outro. A liberdade sem a dignidade além de ameaçada perde a sua razão de ser, pois o que nos torna dignos é a liberdade e essa é garantida pela dignidade. Do mesmo modo, todos somos (iguais) livres e a desigualdade de ser (pluralismo) faz parte da liberdade do ser.

Para Ratzinger a liberdade, o direito e o bem são princípios morais nas sociedades democráticas. Como veremos adiante, o relativismo e a falsa vontade da maioria não são princípios democráticos. O que faz um experimento científico ser bom não é a experiência em si, essa é indiferente, pois é descritiva. Agora, é o bem, elemento moral, que faz toda a diferença. A ciência serve a humanidade quando esta reconhece o seu lugar no mundo, não serve à interesses partidários ou ideológicos, mas se direciona para o horizonte de significação humana: “somente conduzida com responsabilidade moral ela consegue realizar sua verdadeira essência” (RATZINGER, 2019, p. 79).

Vimos no primeiro tópico desse artigo que a consciência tem uma pretensão pública inegável. Contudo, o liberalismo moderno do século XX e XXI tendem a negar essa constatação. Analisamos que a ciência não é isenta de valor pela sua própria formação na linguagem, sobretudo na ideia de responsabilidade. No texto de Ratzinger, ele apresenta a figura de Andrei Dmitrievitch Sakharov⁸ que respondeu à questão sobre a não responsabilidade dos cientistas quanto ao uso das armas, sob a alegação de que a preocupação da ciência está em aprimorar as armas e não sobre a utilização delas. Sakharov respondeu dessa forma: “nenhum homem pode renegar sua parcela de responsabilidade em um assunto do qual depende a existência da humanidade” (RATZINGER, 2019, p. 78).

⁸ Afirma Ratzinger sobre ele: um dos importantes representantes de sua ciência, a física, mas foi bem mais que um importante cientista. Ele foi um grande homem. Ele lutou pela humanidade do homem, por sua dignidade moral e sua liberdade, e para isso aceitou também o preço do sofrimento, da perseguição e da renúncia à possibilidade de um avanço no trabalho científico (Cf.: Ratzinger, 2019, p. 78).

Segundo Ratzinger, neste contexto existe uma negação da capacidade do homem de agir moralmente, negando-lhe sua grandeza moral, na qual todos têm competência. Para os oficiais do Estado liberal existe apenas a competência científica, fragmentada e especializada do homem. Contudo, nenhuma capacidade científica ou política pode autorizar o assassinato de outro ser humano. Nenhuma competência profissional poderá autorizar uma barbárie contra a humanidade. Esse ponto é importante para a nossa análise, pois, a negação do princípio moral é a condição para a não existência do homem. Nega-se a consciência, a capacidade de pensar antes de agir, de sentir-se como ser humano; retira dele aquilo que o concerne como homem. É a destruição da humanidade de forma simbólica daquilo que o homem representa e de modo operacional, colocando em risco a integridade moral e física do homem.

Sakharov sempre salientou, segundo Ratzinger, a responsabilidade do indivíduo diante do todo da qual é membro. Uma consciência individualista, sem formação moral, nega ao mesmo tempo a própria humanidade e a capacidade de pensar a liberdade através de um conteúdo que a torne sempre real e possível. Não se trata de uma liberdade divina, ilimitada, tão requerida e pensada pelo filósofo francês Jean Paul Sartre. Devemos buscar uma liberdade encarnada, que seja fiel à sua essência e possibilidade de ser e existir. Diante desse impasse podemos pensar a questão de duas formas. A primeira é sobre o conteúdo moral da liberdade, neste sentido a ação humana livre deve ser orientada para o bem, não faz sentido agirmos em direção ao mal, uma pessoa com a consciência saudável buscará o melhor para si. Podemos ainda pensar,

utilizando esse mesmo raciocínio, que a liberdade que não possui um bem como guia e *télos*, poderá deixar de existir. A liberdade é um bem que se constrói e se mantém através de outros princípios e conteúdos objetivos. Por exemplo, um país onde a desigualdade social é grande, a liberdade estará sempre ameaçada pela criminalidade. O que buscamos é a liberdade pela liberdade concreta, real e responsável. A segunda forma já foi analisada pelos liberais da modernidade, em especial, Locke, que ao tratar sobre os direitos naturais, afirma que a vida é o maior princípio e direito. Dessa forma, precisamos abrir mão da nossa liberdade total (que não existe) para vivermos em sociedade, buscando o bem de todos os concidadãos.

Ratzinger chama à atenção para o fato de que os fins das utopias revolucionárias e tirânicas do século XX não trouxeram ao homem novamente a percepção da consciência moral e o seu lugar na história como ser humano. Mas criou-se um vazio existencial muito grande, um verdadeiro niilismo moral e social. Temos hoje um niilismo banal que é bastante ameaçador. Para Rorty, filósofo pragmático, a sociedade liberal afirma que as leis morais universais não existem, o bem estar é o único horizonte de mobilização das massas e das pessoas:

O ideal de Rorty é uma sociedade liberal em que não existirão mais valores ou medidas absolutas; o bem estar será o único objetivo pelo qual vale a pena se esforçar. Em sua crítica cautelosa, mas totalmente resoluta ao mundo ocidental, Sakharov falou do perigo que se anuncia nesse esvaziamento do homem, discorrendo sobre a moda da esquerda liberal, e denunciando a ingenuidade e o cinismo, que frequentemente paralisam o Ocidente quando se trata

da percepção de sua responsabilidade moral (RATZINGER, 2019, p. 81)

O ponto da argumentação de Ratzinger sobre a liberdade dentro da comunidade é antropológico. “Uma liberdade que consiste unicamente na possibilidade de satisfação das necessidades não seria uma liberdade humana; ela permaneceria no âmbito do animalesco” (RATZINGER, 2019, p. 82). Aqui podemos até evocar o pensamento kantiano sobre a boa vontade. Existe uma vontade presente no animal que a literatura filosófica e até mesmo psicológica chamou de desejo. Porém, no homem, não basta uma mera vontade, mas uma reta e boa vontade. Isso significa a capacidade de pensar racionalmente sobre os fins e os meios das suas ações. Disso decorre a ideia que apresentamos à pouco sobre o aniquilamento do homem através do banimento da capacidade moral de pensar. Daí chegamos ao ponto sobre a liberdade comunitária através dela mesma: “A liberdade individual vazia anula-se a si mesma, uma vez que a liberdade dos indivíduos só pode subsistir em um ordenamento das liberdades” (RATZINGER, 2019, p.82). Sendo assim, Ratzinger afirma que o conceito de liberdade precisa estar ligado à outros dois conceitos: justiça e bem (RATZINGER, 2019, p. 82). É pela liberdade, e isso tem origem em Kant, que percebemos e temos a capacidade de consciências dos valores fundamentais da humanidade. A liberdade consiste na representação racional desse valores na consciência.

Não podemos ter a nossa liberdade sem querer e buscar a liberdade do outro. Esse princípio, também usado pelo existencialismo, demarca o limite da liberdade, que é, no final das contas, ela mesma. Por

isso que a liberdade requer sacrifício e renúncia, reconhecimento e luta⁹. A liberdade é a guardiã da moral, cuida para que a moral tenha um reconhecimento público e uma atuação universal para que o homem possa reconhecer o único poder que é a liberdade, que está a serviço do homem. Todos os governantes deveriam se inclinar diante da liberdade, é ela de fato que possui o poder (RATZINGER, 2019, p. 82). A liberdade permanece indefesa e incapaz de praticar qualquer tipo de violência contra o homem. Uma liberdade que não cuidasse das leis, que ela mesma criou, estaria agindo contra a humanidade.

Após, tratar sobre a questão da liberdade, Ratzinger insere essa tratativa no pensamento sobre as democracias modernas. Segundo ele, uma democracia não consegue se manter firme apoiando-se somente na vontade da maioria, nas convicções acaloradas e no sentimentalismo. Mas Ratzinger pretende ir além do simples racionalismo moral, mesmo intuitivo. Para ele é preciso uma razão metafísica segura que possa retirar o vazio da liberdade absoluta da modernidade. O autor se encontra diante do pensamento de Rorty, que ao estabelecer uma concepção intuitiva da razão orientada pela maioria capaz de produzir ideias como por exemplo, o repúdio à escravidão, esquece que esse repúdio não foi encontrado durante boa parte da história do ocidente e também no oriente. Vários autores modernos foram otimistas com relação à razão moral universalizada por sentimento social, presente em todos. Contudo, é interessante perceber que para Ratzinger o conteúdo encontrado por essa razão moderna é cristão, um conteúdo moral que continuou a formar as

⁹ A liberdade como uma tarefa moral para a humanidade inteira.

almas dos cidadãos mesmo depois da aparente derrocada do cristianismo, isto é, a busca por uma nova forma de vida social, política e econômica sem a estrutura da fé cristã.

É um fato histórico real que a liberdade vazia pode ser destruída pela própria vontade da maioria. O que o teólogo quer sinalizar com essa constatação é que a intuição moral, mesmo que evidente, não possui segurança, sendo muito frágil diante dos apelos dos ditadores e das elites de uma época. A ditadura da maioria é a fonte da destruição da liberdade e dos direitos humanos.

Podemos concluir que para Ratzinger a liberdade esvaziada gera o niilismo moral. A incapacidade de sentir compaixão, amor e determinar o certo e o errado. No Nazismo e o no Comunismo o certo se reduzia na busca pela perfeição do partido e dos seus líderes, tudo deveria ser feito para que os movimentos políticos pudessem ter êxito. O niilismo moral é pior do que a imoralidade, pois, a certeza de uma ação imoral exclui a possibilidade do pensamento niilista.

3- A Consciência Moral e a Verdade

Apresentamos anteriormente a formação da consciência moral na ética do discurso, tendo como base o marco teórico da linguagem. Tal perspectiva também tem como fundamento, a teoria psicológica de Kohlberg, perfazendo uma fundamentação moral através de três conceitos que norteiam a ética: a) Formalismo moral; b) Cognitivismo; c) Universalismo. Porém, a ética do discurso pressupõe os elementos da linguagem, formando o princípio moral (U) de Jürgen Habermas:

(U) Toda norma válida tem que preencher a condição de que as consequências e efeitos colaterais que previsivelmente resultem de sua observância universal, para a satisfação dos interesses de todo indivíduo, possam ser aceitas sem coação por todos os concernidos (HABERMAS, 2013, p.147).

Embora não tenha apresentado uma discussão sobre a liberdade, a ética do discurso pressupõe a ideia de liberdade dentro do agir comunicativo, todos são capazes de apresentarem as suas razões submetidas sem coação, de modo livre, tendo como princípio e fim a liberdade de todos os afetados. Já Ratzinger na sua obra que estamos analisando, discute a liberdade como princípio democrático, mas que está relacionada com os demais conceitos que formam os Direitos Humanos, substrato da sociedade democrática. Neste sentido, veremos que a formação da consciência moral no pensamento de Ratzinger exige muito mais que um esforço da razão comunicativa, é necessário uma metafísica que possa determinar os objetos que a razão consegue encontrar. “É preciso respeitar esse substrato básico da humanidade” (RATZINGER, 2019, p. 84). Podemos encontrar então uma relação da filosofia analítica com a teologia moral na emergência da teoria do realismo moral. Poderemos encontrar, segundo John Haldane um “tomismo analítico”:

O tomismo analítico não tem a intenção de se apropriar de Santo Tomás de Aquino para assentar nenhum conjunto particular de doutrinas. Da mesma forma não é um movimento de exegese petista. Ao invés disso, ele procura desenvolver métodos e ideias da filosofia do século XX – do tipo dominante no mundo anglo-saxão – em conexão com o amplo espectro de ideias apresentadas e desenvolvidas por

Santo Tomás (HALDANE Apud KENNEDY, 2000, P. 131).

O diálogo filosófico com a teologia católica é bastante valorizado no Concílio Vaticano II, tendo em vista que o mesmo afirmou que a Igreja não pode impor nenhuma corrente filosófica, salvo os direitos da fé. O Tomismo analítico é um exemplo dessa relação entre os saberes filosóficos e teológicos. Ratzinger direciona o discurso ético sobre a consciência através de Santo Agostinho e Platão, principalmente.

As instituições morais, como o caso da tradição Católica, são para Ratzinger verdadeiros centros de conservação e expansão dos direitos humanos, da liberdade e da vida digna. Uma sociedade niilista, sem os valores da tradição, mesmo que pretenda ser democrática, acaba na ruína moral, perdendo a liberdade e o senso de justiça. Dessa forma é preciso:

Cultivar as instituições morais essenciais, conservá-las e defende-las como um bem comum sem sua imposição violenta parece-me uma condição para a permanência da liberdade diante de todos os niilismos e suas consequências totalitárias (RATZINGER, 2019, p. 85).

A missão da Igreja consiste em fornecer esse arcabouço moral para a sociedade, porém, sem nenhuma imposição¹⁰, conservando a separação entre a Igreja e o Estado. Uma “religião do Estado” serve aos interesses do governante, onde o divino é o rei e os aspectos religiosos do mito e do rito tornam-se elementos culturais do Estado. Em outra

¹⁰ Trecho de Orígenes: “Cristo não vence quem não deseja ser vencido. Ele vence apenas pela convicção. Ele é, com efeito, a PALAVRA de Deus”. Não é da Igreja ser Estado ou parte do Estado, mas ser uma comunidade de convicções (RATZINGER, 2019, p: 85).

passagem, Ratzinger discorre sobre a essência do cristianismo, que é a universalidade. Ela não está presa à nenhum Estado, cultura ou etnia, ela abarca à todos. O império Romano não queria uma religião que estivesse “livre” em relação ao Estado, para eles o Estado é universal e não a religião.

Segundo Ratzinger a Igreja pós-conciliar renovou a sua teologia moral, tendo como fundamento a liberdade originária, pregada por Cristo e pelos primeiros cristãos. Ele observa que existe dentro da Igreja dois movimentos opostos conflitantes: uma concepção da *moral da autoridade* que impõe à qualquer custo o sentido moral. A outra concepção parte do princípio da *moral da consciência*. A consciência deve ser o baluarte da liberdade, combatendo às coações, inclusive da autoridade (Cf.: RATZINGER, 2019. 86). Os autores que defendem a infalibilidade da consciência, fazem isso afirmando que ela é formada mediante o fornecimento do conteúdo moral pela autoridade religiosa, esse conteúdo é tomado e refletido pela consciência, pela qual ela toma a última decisão. Contudo, a consciência não é infalível, pois, existem fatores psíquicos, cognitivos e sobretudo de formação social e moral que são importantes e que afetam a mente do ser humano. A consciência pode em determinada circunstância pensar que a liberdade é algo que precisa ser combatida para o bem de todos, partindo de premissas equivocadas ou/e ideológicas.

Neste ponto, Ratzinger fala sobre a mentalidade do homem moderno que diz não suportar o peso da consciência formada pela tradição e que por isso confia na consciência individual (boa consciência)

e no seu poder de trazer a melhor decisão. Nisso consistiria a felicidade do homem moderno: uma liberdade perfeita, absoluta, na qual não precisaria se curvar para nenhuma doutrina religiosa. A tese da consciência boa é o refúgio e o esconderijo do sujeito liberal e niilista: “A consciência não era, portanto, a abertura do homem para o seu fundamento sustentador, a força de percepção do supremo e do essencial. Ela parecia, na verdade, o manto protetor da subjetividade, na qual o homem pode se abrigar e se esconder diante da verdade” (RATZINGER, 2019. P. 89).

Entender a consciência como abertura para o todo da realidade é a tarefa da racionalidade moral e humana. Essa abertura é a busca pela verdade incessante, que, no caso do homem moderno, se contenta apenas na formação das suas convicções morais: “O homem é reduzido à sua convicção superficial, e quanto menos profundidade tiver, melhor para ele” (RATZINGER, 2019, p. 89). A convicção errônea tem uma certeza cognitiva inquestionável para aquele que a propõe e não enxerga outra forma de agir. Hitler e o Nazismo tinham uma crença inabalável nas suas convicções, para eles não havia outra forma de ação senão aquela praticada por eles. Porém, a rejeição da humanidade por essas práticas perversas, expõe a ideia de que a convicção não tem um valor universal, pois se tivesse, Hitler e sua turma “estariam no céu” (Cf.: RATZINGER, 2019, p. 90).

Para Ratzinger o que abala uma convicção é o sentimento de culpa. A cultura moderna teve depois de Freud a pretensão de aniquilar qualquer tipo de sentimento de culpa, justificando-se pela busca da

“consciência saudável”. É a culpa que não nos deixa dormir tranquilamente, pois a consciência nos acusa. Porém, “a incapacidade de ver a culpa, o silêncio da consciência em tantas esferas é um adoecimento da alma mais perigoso do que a culpa reconhecida como tal” (RATZINGER, 2019, p. 91). O maior pecado da humanidade é não reconhecer a culpa, a sua capacidade de errar e enfrentar os piores pesadelos possíveis. Com isso Ratzinger chega à uma primeira conclusão sobre a essência da consciência: “não se pode identificar a consciência do homem com a autoconsciência do eu, com sua consciência subjetiva sobre si e o seu comportamento moral.” (RATZINGER, 2019, p. 92).

Dessa forma, a consciência subjetiva (convicção pessoal) representa: 1) um embotamento psíquico moral; 2) a convicção pessoal não liberta mas escraviza, ficamos presos às opiniões dominantes dos mais fortes; 3) a supressão da verdade. Porém, a verdade da consciência grita através do sentimento de culpa, mesmo esse sentimento sendo suprimido pelo inconsciente.

A modernidade¹¹ é uma luta e um processo contra a tradição em favor da liberdade. Contudo, Newman e Sócrates podem sinalizar para uma ligação entre a tradição e a subjetividade através da verdade, na qual, a consciência não é uma medida humana diante da tradição, como se a pessoa estivesse sempre lutando contra as instituições, mas, “nele a consciência significa, antes, a perceptível e urgente voz da verdade no

¹¹ Ratzinger considera que a humanidade trocou a ideia de verdade pela concepção de progresso. Contudo, o progresso é a verdade. A verdade antepõe o progresso, na medida em que a evolução que leva ao progresso é guiada pela verdade. Um progresso sem a verdade se aniquila, não tem direção, sendo assim tudo pode ser progresso ou atraso.

próprio sujeito; a consciência é a supressão da mera subjetividade no contato entre a interioridade do homem e da verdade que vem de Deus” (RATZINGER, 2019, p.95). A evolução da consciência moral proposta pela psicologia evolutiva de Kohlberg se dá pela capacidade de suprimir as vontades e as convicções pessoais por uma verdade interpessoal que compromete a humanidade inteira, uma consciência comprometida que não se satisfaz pela moral de um grupo de amigos. Sócrates sacrificou a sua vida pela verdade que deve ser buscada pela consciência contra as convicções da elite governamental. Ratzinger demonstra os critérios da presença da verdadeira palavra da consciência: “ela não coincide com o próprio desejo e gostos, nem com o que é socialmente mais oportuno ou propício, com o consenso de grupo e as exigências do poder político ou social” (RATZINGER, 2019, p. 96).

Ratzinger define a consciência de dois modos, ambas as definições foram articuladas no período medieval: *Synderesis e Conscientia*. Para tanto, o teólogo retira o termo *synderesis* por não ter uma definição exata, utilizando o conceito platônico definido por *Anamnese*. Logicamente que esse termo foi reestruturado pelo pensamento cristão, do seguinte modo: o homem que busca o bem faz isso porque nele foi inserido a ideia do bem e o melhor agir para atingi-lo. A ética nesse sentido não é algo que vem de fora, mas de dentro do homem, sendo uma necessidade e capacidade do ser racional. No cristianismo essa capacidade se reveste da compreensão de que as leis criadas por Deus foram colocadas no coração do homem, recebemos Dele essa condição e capacidade de cumprir tais mandamentos. Mas essa

anamnese tem a necessidade de uma ajuda externa, da tradição daqueles que já passaram pelo processo de conhecimento da consciência. O segundo significado da consciência é articulado por Santo Tomás de Aquino: *conscientia*. Esse conceito embora revele a consciência como *actus* e não *habitus*, ou seja, algo sempre realizável pelo homem, um acontecimento que se faz, Tomás não deixa de pressupor o fundamento ontológico da anamnese como algo dado, pois para agir temos que pressupor uma resistência ao mal, o ato da consciência pressupõe essa ontologia da anamnese: o ato da consciência aplica esse conhecimento básico nas situações particulares (Cf.: RATZINGER, 2019, p. 103). Esse ato se articula do seguinte modo: reconhecer, dar testemunho e juízo.

Finalizando a análise da essência da consciência, Ratzinger dispõe do conceito de Graça. Ela nos mostra que o caminho para o bem não depende apenas do nosso agir. A ética não é um percurso fácil, mas ao fazer o trajeto para o bem vamos nos dando conta da beleza da verdade. Dessa forma a verdade vai se tornando mais leve, redefinindo-a como libertação. A graça é capaz de refundar o direito, apagar a culpa como graça pacificadora. A culpa que pesa a consciência é excluída pela graça divina.

Sobre a relação entre autoridade e subjetividade como apresentamos, Ratzinger deixa claro que a teologia cristã e a política se encontram em dimensões diferentes. Contudo, o *ethos* do ocidente é fundamentado e originado na tradição cristã, ou seja, a formação da democracia e das condições estatais foram possíveis através da cultura grega e da teologia cristã. Para o teólogo, a sobrevivência da democracia

e do pluralismo se dão mediante o cristianismo, isso não significa um Estado teocrático, pelo contrário, o pensamento teológico cristão garante a coexistência das diversas culturas¹²:

La razón que se cierra sobre sí misma se hace irracional y el Estado que quiere ser perfecto se hace tiránico. La razón necesita de la Revelación para poder actuar como razón. La relación del Estado a su fundamento cristiano es insustituible precisamente para que el Estado siga siendo tal y pueda ser pluralista. (RATZINGER, 1984: 827).

O pensamento atual do filósofo Habermas sobre a ética e a política, considera a importância do cristianismo e da religião na formação do estado democrático e dos princípios morais que o fundamentam. Segundo ele, a comunidade cristã foi formada através do diálogo e do encontro, da necessidade do agir comunicativo. Além do mais, a ideia do outro como filho de Deus, revela a total e absoluta dignidade do ser humano, valores fundamentais para a sociedade ocidental, como se segue:

A tradução da ideia de que o homem é semelhante a Deus para a ideia da ‘dignidade do homem’, de todos os homens, a ser respeitada de modo igual e incondicionado, constitui uma destas traduções salvadoras. Ela expõe o conteúdo de conceitos bíblicos para um público geral de crentes de outras confissões e para não-crentes, ultrapassando, por conseguinte, os limites de uma comunidade religiosa particular (HABERMAS, 2007, p. 125-126).

¹² Como apresentamos anteriormente, o cristianismo não é uma religião civil como acontecia no império romano. O cristianismo tinha um sentido de consciência e universalidade, abarcando todas as culturas e nações.

Para o filósofo, as ideias morais do cristianismo devem ser consideradas na esfera pública, tendo em vista, portanto, a necessidade de um novo pensamento sobre a sociedade pós-secular. A esfera pública pós-secular tende a reconhecer exatamente a importância e a presença da religião. O projeto secular do Estado Moderno trouxe uma aversão à religião e demais questões já ponderadas neste trabalho, isto é, a construção de um laicismo que exclui a religião do debate público. Para Habermas, a metafísica e a religião devem, juntamente com as ciências, formarem as condições necessárias para o agir comunicativo, formando assim o verdadeiro pluralismo, essência da democracia.

Dentro da esfera pública todos os argumentos devem ser levados à sério, é uma condição necessária para o equilíbrio social, evitando um certo ressentimento e conflito violento entre os concernidos ao debate. O liberalismo, como desvio da liberdade, não leva em conta de fato a liberdade religiosa e de culto, existe apenas uma liberdade formal, mas que é sempre vilipendiada e negligenciada no discurso público. É preciso, portanto, sinalizarmos para os verdadeiros valores da democracia, o bem, a verdade os valores e o poder.

Conclusão

Nessa pesquisa podemos perceber que o núcleo da crise ética atual está na ideia liberal, e a necessidade, devido às condições atuais, de uma moral profunda e universal. Do ponto de vista da racionalidade filosófica, analisada neste trabalho através da ética do discurso, vemos que a fundamentação do *ethos* na era atual é complexa na medida em que

as causas da crise moral são as mesmas que impedem a possibilidade de uma moral universal. O desafio científico tecnológico, causado pela exploração dos recursos naturais através do prolongamento técnico, assevera que a ciência é livre de valor e possui a única racionalidade, impedindo uma ética na era da ciência, dessa forma, a moral é apenas um recurso antropológico subjetivo (individualista). Do ponto de vista político, sentimos a ausência de uma ética da solidariedade, capaz de dar um sentido humano à tecnologia empregada na dinâmica social, vislumbramos o crescimento da economia liberal e da globalização, a preocupação política com a economia de mercado. Além do cientificismo positivista, mostramos que o solipsismo metódico e o racionalismo crítico, ao alavancarem o subjetivismo e a crítica ao conhecimento ético universal, fomentaram um tipo de liberalismo desviado. Dessa forma, a ética do discurso demonstra a possibilidade de um pensamento ético através dos pressupostos da linguagem e da disposição antropológica para o agir comunicativo, formando um universal concreto, tendo o discurso como fundamento.

Do ponto de vista da racionalidade teológica, discutida neste trabalho pela teologia de Joseph Ratzinger, temos uma ideia mais explícita do liberalismo, como forma de consciência que se auto sustenta ou de uma liberdade utilitarista vazia que reivindica a possibilidade de se fazer o que se quer, em busca do prazer e da utilidade. Existe então uma aversão à ideia transcendental do bem e da autoridade, sendo a consciência infalível e única fonte moral existente. Dentro da esfera pública esse pensamento leva à sérios problemas jurídicos e políticos.

Uma consciência individualista não se preocupa com os clamores mais urgentes da sociedade, ou apenas se satisfaz com pequenas ações midiáticas da empatia emotiva. Além do mais, para os gestores públicos, uma consciência subjetivista não possui sentimento de culpa, vale o procedimento, como apresentamos no caso do Nazismo e demais totalitarismos contemporâneos. Para Ratzinger, essa prerrogativa da consciência moral individualista torna-se ainda mais problemática na fundamentação da moral e do direito pela via do cientificismo positivista. Assim como na ética do discurso, Ratzinger demonstra os problemas para a fundamentação do *ethos* que o cientificismo pode provocar. Neste caso, a ética deve ser objetiva, para que possa ser considerada ciência, isto é, o direito e as estruturas estatais devem-se basear em uma normatividade eficaz, positiva, que considere a utilidade das coisas. A moral que se direciona pela ideia de Bem e Justiça estaria no âmbito das emoções e interna. Essa tese contradiz com a democracia, que como vimos, é um sistema lento, burocrático, mas que leva em conta todas as condições da vida humana. O sistema positivo do Estado leva à uma busca por soluções mais rápidas e eficazes, conduzindo a “massa” para o Estado Totalitário, através do ódio pelos representantes públicos, da aversão pela democracia e ao culto de líderes fanáticos e perigosos. Vimos ainda que o cientificismo progressista ganha ainda mais força através das utopias revolucionárias, que buscam fundar o Estado puro, total, que possa libertar o homem das amarras da religião, do sofrimento e do poder. Em Marx encontramos a busca pela superação de todo e qualquer fenômeno de transcendência, restando apenas o homem e o

estado. Todavia, podemos visualizar em nosso estudo bibliográfico que o homem não possui apenas o horizonte político, mas possui diversas dimensões que formam a condição humana, entre elas a religião. “Liberar a liberdade” neste sentido significa não aprisionar o homem em sistemas de poder, deixando-o livre para desfrutar e buscar as suas diferentes dimensões. A busca por um estado perfeito, sem Deus, dor e tristeza é a utopia perfeita para a destruição da própria liberdade e da vida humana. Presenciamos diversas atrocidades cometidas em nome da salvação pelo Estado. A liberdade sem Deus é conduzida para o seu próprio aniquilamento, pois Ele é a condição de equilíbrio entre os seres na medida em que somos todos iguais.

Foi possível perceber que a esfera pública e particular sem os princípios morais e sem a ideia de Deus tende a produzir um sistema totalitário de injustiça, falta de liberdade e principalmente, de humanismo. Mostramos ainda que para Ratzinger a religião cristã é o ponto de apoio para a formação da democracia e de um Estado mais justo e fraterno, tese essa também sustentada por Habermas na ideia da *sociedade pós-secular*. Com isso demonstramos que a crise ética não é apenas uma questão filosófica ou das religiões, em especial, da teologia cristã, mas de ambos. Além disso, ambos apresentam propostas de superação da crise moral através de uma fundamentação do *ethos*. Logicamente as vias são diferentes, Ratzinger parte de um modelo metafísico, do verdadeiro discernimento através de Deus e das verdades eternas. Já a verdade na ética do discurso parte da sociedade secular, do discurso, do universal concreto. Mas o pensamento atual de Habermas

gira em torno da oportunidade democrática e de uma certa necessidade da perspectiva teológica no debate público. Com isso demonstramos também que a relação entre fé e razão, política e fé se dão no apelo pela ética, através das dificuldades e problemas em comum (tanto da filosofia como da teologia) e da busca pelos fundamentos éticos. E, embora seja colocado por vias diversas, ambos os autores consideram a religião como um elemento fundamental para a democracia, através dos seus princípios morais fundamentais.

A relação entre fé e política é ressaltada na obra “Liberar a liberdade” do teólogo e papa emérito Bento XVI. É possível pensar essa relação perante a ética, tanto na moral filosófica, como na teologia moral. O desenvolvimento moral da igreja católica foi responsável pelas grandes correntes da ética moderna, conceito tão pouco aceito e discriminado. Uma sociedade sem a força da autoridade perde a sua vitalidade e horizonte de sentido, o filósofo canadense Charles Taylor já sinalizou para esse fato. Dessa forma, a moral cristã é um conjunto de estruturas conceituais formada pela tradição, escritura (revelação) e razão filosófica. A ética pagã parte da mesma racionalidade da ética cristã, sendo essa última pensada também pela estrutura da fé. Porém, a autoridade quando absorvida pela política torna-se uma tirania religiosa, ferindo os princípios da liberdade e da dignidade, é preciso liberar a liberdade.

Referências

APEL, Karl. **Estudos de Moral Moderna**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

APEL, Karl. **Transformação da Filosofia**. São Paulo: Loyola, 2000.

ARENDT, Hannah. (1949). **Origens do Totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HABERMAS, J. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2013.

HABERMAS, J. (1987a). **The theory of communicative action**. Vol 2. Lifeworld and system: A critique of functionalist reason. Boston, Beacon Press.

HABERMAS, J. **Entre naturalismo e religião**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2007.

HERRERO, F.J. **Estudos de Ética e Filosofia da Religião**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

KENNEDY, Terence. **A relação da filosofia analítica com a teologia moral**. In: **Correntes fundamentais da ética contemporânea**. ARAÚJO, Manfredo (org.). Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

PIZZI, Jovino. **Ética do Discurso: a racionalidade ético comunicativa**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

RATZINGER, Joseph. **Liberar a Liberdade**. São Paulo: Paulus, 2019.

RATZINGER, Joseph. **Cristianismo y Democracia Pluralista: Acerca de la necesidad que el mundo moderno tiene del Cristianismo**. Revista Scripta Theologica, v. 16, n. 3, p. 815-829, 1984.